

A Orientação Sexual na Revista Nova Escola

*Adriana Candido da Silva
Leila Maria Ferreira Salles*

Resumo

Este estudo teve por objetivo identificar no periódico Nova Escola artigos referentes a educação e orientação sexual, sistematizar e analisar essas produções. Para tanto foram analisados os 118 números publicados entre março de 1986 a dezembro de 1998. O estudo mostrou que a orientação sexual é um tema constantemente abordado pela revista e que a ênfase norteadora das reportagens é a indicação de normas, práticas e padrões de conduta pelas quais os professores podem-se pautar para a sua atuação em sala de aula.

Palavras-chave: *escola; orientação sexual, educação sexual; docência.*

Abstract

This study identifies and classifies articles about sexual education in Nova Escola magazine. The 118 numbers published from March of 1986 to December 1988 were analyzed. The survey shows that sexual education is frequently published issue, usually emphasizing rules, practices and patterns of behavior for teachers in classroom.

Key Words: *school, sexual education, teaching.*

Introdução

A sexualidade é um tema bastante discutido na atualidade. Esta discussão está presente nos meios de comunicação, nos cursos e pesquisas que tratam dessa temática e nas inquietações dos professores no cotidiano escolar.

A orientação sexual no âmbito escolar vem se constituindo numa área de estudo instigadora que comporta uma diversidade de perspectivas de análise. Entre elas, está o estudo de periódicos especializados que nos permite analisar diferentes aspectos presentes nessa problemática.

Para Nóvoa (1997), a imprensa é provavelmente o local que facilita conhecer melhor a realidade da educação, uma vez que é por ela que se manifesta de um modo ou de outro, o conjunto de problemas da área. Segundo Souza (1997, p.93), “uma das formas possíveis de proceder ao mapeamento da cultura escolar brasileira é sem dúvida o estudo da imprensa periódica da educação e do ensino”. No mesmo sentido, Catani e Bastos (1997, p. 7), afirmam que “as revistas especializadas em educação constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional”, pois através delas circulam informações sobre o trabalho pedagógico, as práticas docentes e a organização dos sistemas escolares, entre outros temas.

Decidimos, então, analisar a temática orientação sexual no âmbito escolar a partir dos textos e reportagens veiculados na revista Nova Escola, após termos verificado que este periódico se destaca, entre outras publicações na área educacional, pelo número de reportagens publicadas a esse respeito.

Constituem-se objetivos desse estudo identificar no periódico Nova Escola os artigos referentes à orientação sexual e a sexualidade, buscando identificar o espaço ocupado pela temática orientação sexual no âmbito da coleção e detectar, no conjunto das reportagens selecionadas para análise, os temas, ênfases e padrões que emergem na leitura do material.

A revista Nova Escola é uma publicação mensal da Fundação Victor Civita, mantida pela Editora Abril. Em março de 1986 foi publicado o seu primeiro número. Nessa edição é afirmado que o objetivo da publicação é o de valorizar o professor de 1º grau instrumentalizando-o para o trabalho em sala de aula. O periódico indica que seu público alvo são professores de ensino fundamental e estudantes de cursos de pedagogia, letras e “normal”.

Para alcançar seus objetivos de valorizar e instrumentalizar os professores a revista publica, nos diferentes números, relatos de práticas pedagógicas e descreve experiências inovadoras, de caráter prático, realizadas por professores das redes pública e privada de ensino. As diferentes seções da revista têm como propósito levar informações para os professores sobre os mais diversos temas como indicar livros, discutir leis que envolvem o magistério, relatar práticas e dificuldades vividas por docentes, abordar assuntos considerados polêmicos em educação e sugerir aulas práticas para serem aplicadas em sala de aula. O objetivo do periódico é fornecer informações aos professores visando melhorar o seu desempenho em sala de aula apresentando temáticas que a equipe da revista considera relevantes para a atualização docente.

Para a concretização dos objetivos deste estudo reali-

zamos um levantamento da temática orientação sexual e sexualidade na revista *Nova Escola* desde o primeiro número publicado, março de 1986, até o último número editado no ano de 1998 (dezembro). Foram consultados os 118 números publicados neste período.

O estudo realizado, de natureza qualitativa, se classifica como uma pesquisa documental pois, tem como fonte de dados documentos, e como objetivo o exame desses documentos. A técnica empregada para o exame dos documentos foi a análise de conteúdo que segundo Bardin (1977), é um instrumental metodológico através do qual se busca entender o sentido de uma comunicação. Apoiando-nos na técnica de análise de conteúdo buscamos a explicitação e sistematização dos conteúdos das mensagens veiculadas nos diferentes textos publicados na revista sobre a temática objeto desse estudo.

1 Sobre orientação sexual

Os autores como, Bruschini, Chauí, Khel e Werebe (1981), Goldberg (1988), Provedel (1996), Figueiró (1996), Sayão (1997), Lorencini (1997), Ribeiro (1990) que trabalham com a temática educação sexual distinguem a educação sexual da orientação sexual. Conforme Ribeiro (1990, p. 2-3), entende-se por educação sexual:

os processos culturais contínuos desde o nascimento que, de uma forma ou de outra direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação de sua sexualidade. Esta educação é dada indiscriminadamente na família, na escola, no bairro, com os amigos, pela tv, pelos jornais e pelas revistas.

A educação sexual é aquela que se dá em todos os espaços sociais como a família, escola, igreja, cultos e através dos meios de comunicação. Isto é, é a sexualidade que é aprendida ao longo da vida, não implicando em um trabalho institucionalizado, organizado, sistematizado e localizado. Dessa forma, independente da intenção que se tenha de promover a educação sexual das crianças e dos jovens essa ocorre, de modo que esses se apropriam das normas e valores que são próprios da sociedade em que vivem.

A orientação sexual, por sua vez, embora não seja definida pelo local, mas principalmente pela intenção de desenvolver um projeto nessa área, ocorre geralmente no âmbito escolar. Implica numa intervenção intencional visando a educação para a sexualidade através da transmissão de informações sobre sexo e por meio de procedimentos que levem a reflexões e questionamentos sobre valores, normas e atitudes sobre a sexualidade na sociedade. Como diz Ribeiro (1990, p. 3), a orientação sexual consiste numa “intervenção sistematizada, organizada e localizada, com a participação de profissionais treinados para esse trabalho”.

Uma questão subjacente aos programas de orientação

sexual é saber onde as pessoas, jovens especialmente, obtêm informações sobre sexo, que informações são essas e se são suficientes para que iniciem a sua vida sexual. Pesquisas na área tem indicado que, mesmo com a liberação sexual da sociedade atual, os jovens continuam desconhecendo ou não dominando informações suficientes a respeito de vários aspectos relacionados à sexualidade (Gordon, 1992, Schnarch, 1994).

A orientação sexual objetiva o desenvolvimento de indivíduos críticos e conscientes em relação a sua sexualidade e as normas sociais. Como diz Lorencini (1997), projetos de orientação sexual devem estar fundamentados numa concepção pluralista de sexualidade, reconhecendo a multiplicidade dos comportamentos sexuais e de valores a ela associados.

No Brasil, a preocupação com a orientação sexual de jovens, existe desde o início deste século, embora sua história seja marcada por avanços e recuos. Como dizem Bruschini, Chauí, Khel e Werebe (1981), movimentos históricos comprovam que no Brasil sempre que a orientação sexual é reivindicada ela é reprimida. Segundo Sayão (1997), no início do século XX, por influências européias, surgem aqui as primeiras idéias de educação sexual que pregavam o combate à masturbação, demonstravam preocupação com a propagação de doenças venéreas e com o preparo da mulher para o papel de mãe e esposa. Na década de 20, a educação sexual se caracterizava por apresentar reivindicações de proteção à infância e a maternidade.

As décadas de 30 a 50, contudo, são marcadas pela ausência de projetos ligados a orientação sexual. Conforme Sayão (1997), essa situação pode ser explicada pelo fato da igreja católica, neste período, exercer forte influência e manter severa repressão ao tema. Na década de 60, há uma retomada de movimentos sociais pró-orientação sexual com vários programas sendo desenvolvidos em escolas públicas e particulares.

Na década de 70, no entanto, devido ao rigor da censura, as publicações na área tornam-se escassas e são poucos os programas de orientação sexual que são desenvolvidos em escolas. Contudo, no final da década de 70 e início da década de 80, a liberação da censura, a influência de movimentos feministas e as mudanças de comportamento dos jovens pós 68, leva a um incremento do interesse pela orientação sexual.

Atualmente a orientação sexual, é um tema transversal incluso nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A orientação sexual constitui-se, como pontuado nos PCNs (1997, p.121), “num processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõem uma intervenção por parte dos profissionais da educação”.

Conforme os PCNs um projeto de orientação sexual deve considerar a sexualidade nas suas dimensões biológica,

psíquica e sociocultural e estar incorporado a todas as disciplinas que compõem a estrutura curricular do ensino. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997):

A orientação sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, inclusas posturas crenças, tabus e valores a ela associados. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros (p. 34).

No entanto, para autores como Barroso (1980), Bruschini, Chauí, Khel e Werebe (1981), Goldberg (1988) e Albertini (1997), a repressão sexual pode estar implícita nos programas de orientação sexual embora, caiba a eles, promover um questionamento do significado mais amplo do sexo para o indivíduo e para a sociedade.

Para Barroso (1980) e Goldberg (1988), os programas de orientação sexual reproduzem, na maioria das vezes, a ideologia dominante reprimindo o indivíduo ao exigir que adote um certo padrão de comportamento sexual. Para Albertini (1997), qualquer tipo de educação implica em imposição de limites, o que se verifica também em relação à orientação sexual. Embora para ele o importante é “colocar limites sem anular a expressividade sexual (Albertini 1997, p.69)”.

Para Goldberg (1988) e Barroso e Bruschini (1982), os programas de orientação sexual devem ser elaborados a partir de uma problemática trazida pelos alunos. Sayão (1997), no mesmo sentido, defende uma orientação sexual dentro de um modelo pedagógico não diretivo, organizado a partir da problematização de questões trazidas pelos alunos.

Figueiró (1996), Provedel (1996) e Lapate (1998), entre outros autores, evidenciam a necessidade de uma formação adequada do profissional da educação que vai trabalhar com orientação sexual no âmbito escolar. Os autores enfatizam a importância de um educador bem preparado para lidar com a sexualidade do seu aluno e a sua própria, que questione seus próprios valores, atitudes e preconceitos sexuais. A formação adequada do educador para atuar nesta área constitui-se num aspecto importante, pois, muitas vezes, parte-se do pressuposto que os adultos dominam os conhecimentos sobre o assunto, embora essa idéia nem sempre seja verdadeira.

Mesmo com algumas diferenças, os autores aqui estudados, apontam para alguns aspectos que devem ser considerados no que diz respeito aos projetos de atuação intencional em educação sexual ou em orientação sexual: que o educador esteja adequadamente preparado para essa intervenção; que os programas tenham uma concepção pluralista de sexualidade percebendo a multiplicidade de comportamentos e valores associados às práticas sexuais; que

promovam um questionamento sobre a sexualidade na sociedade; que tenham uma orientação não diretiva, partindo das problemáticas vividas pelos alunos; e que estejam inseridos no projeto pedagógico da escola e não alocados num momento específico da grade curricular.

A partir destas indicações procuramos analisar na revista Nova Escola os artigos e textos referentes à orientação sexual e a sexualidade e detectar os temas, ênfases e padrões presentes nestes textos.

2 Orientação sexual na revista Nova Escola.

Primeiramente foi feita uma análise do periódico com o objetivo de definir os critérios para seleção dos documentos. A partir daí foram selecionadas para análise as reportagens que continham no título ou no subtítulo palavras diretamente relacionadas à orientação sexual e sexualidade. As palavras chaves definidas para seleção dos artigos foram: orientação sexual, educação sexual, sexualidade, gravidez, masturbação, homossexualismo, AIDS, doenças sexualmente transmissíveis, sexo, promiscuidade, prostituição, abuso sexual, anticoncepção, menstruação e virgindade. Foram selecionados também, artigos que tinham no título ou no subtítulo a palavra adolescência e adolescente, por entendermos que, muitas vezes, a temática sexualidade está associada a essa faixa etária. Os artigos sobre adolescentes que tratavam de sexualidade foram selecionados para análise.

A partir destes critérios foram selecionados 120 artigos que se constituíram em objeto de nossa análise. Em seguida, demos início a fase de pré-análise dos documentos. Nesse primeiro contato com os documentos procuramos definir os indicadores que orientariam a interpretação dos textos. Passamos, então, para a fase de exploração do material com o objetivo de codificar, classificar e categorizá-lo. A unidade de análise tomada foi o texto. Em cada texto, buscamos identificar a principal temática abordada de forma a classificá-lo em uma das categorias de análise. Embora, eventualmente, um texto pudesse referir-se a mais de um tema considerou-se que, nesses casos, o critério para enquadrá-lo em uma determinada categoria seria o seu assunto principal tal como indicado em seu título e/ou subtítulo ou nos destaques internos das reportagens.

Os artigos e textos publicados na revista Nova Escola foram, então, classificados em quatro categorias que emergiram da leitura do material: escola e sexualidade; prevenção e doenças sexualmente transmissíveis; adolescente e sexualidade; sociedade e sexualidade.

2.1 Escola e sexualidade

Na categoria escola e sexualidade foram classificadas 51 reportagens que tratam de questões relacionadas a sexualidade dentro do âmbito escolar como problemas que professores, orientadores e outros profissionais da educação

se deparam em sala de aula ou nos corredores e pátios da escola.

Um primeiro conjunto de reportagens discute a pertinência de se implantar programas de orientação sexual nas escolas, que ora são defendidos e ora são questionados pelos autores dado o despreparo dos educadores para atuar nessa área.

Na primeira dessas reportagens, publicada em agosto de 1986, a revista apresenta as controvérsias existentes a este respeito. Para Naomi de Vasconcelos (1986, p.8-9), terapeuta sexual, a escola deve oferecer programas de orientação sexual tendo em vista que o sexo está presente e é aprendido em todos os lugares. Ela assinala que a orientação sexual não deve ficar restrita a uma disciplina, mas ser foco de atenção de todas e que os professores devem adotar uma postura de escutar o aluno. Em contraposição, Bethânia Ávila (1986, p. 9), socióloga, diz que a escola não deve implantar programas neste campo, pois a orientação sexual tradicional “é cheia de preconceitos”.

Em junho de 1987, foi publicada uma reportagem sobre os tabus que envolvem a orientação sexual na escola. O texto apresenta resultados de uma pesquisa que constata que, para a maioria dos pais, professores e alunos, cabe à escola oferecer orientação sexual. A maioria dos pais entrevistados aponta as suas próprias limitações para educar sexualmente seus filhos e entende que a escola e a família deveriam dividir as responsabilidades da educação sexual das crianças. Também os alunos afirmam que sexualidade deveria ser tratada nas aulas de Ciências e Educação Moral e Cívica. No entanto, os professores apontam que algumas das dificuldades para a implantação de programas de orientação sexual são a resistência dos pais, o seu próprio constrangimento, a sua falta de preparo e a imaturidade das crianças para lidarem com o assunto. Eles acreditam que a melhor forma de abordar o assunto é através de conversas informais de alunos com especialistas ou através de palestras feitas por pessoas qualificadas.

Em abril de 1996, a revista procura apontar aos professores meios para lidar com situações em que os alunos manifestem comportamento sexual em sala de aula. Em setembro de 1998, é publicado um resumo das principais idéias sobre a orientação sexual contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e são sugeridas algumas atividades para os docentes desenvolverem em sala de aula. No texto, é apontado que o melhor momento para tratar sexualidade é quando os alunos levantam a questão mas que, quando isto não ocorre, o professor deve tomar a iniciativa.

As reportagens que discutem a pertinência de programas de orientação sexual serem desenvolvidos em escolas foram objetos de comentário de quatro leitores, que ora apóiam essa iniciativa e ora a questionam, afirmando que a orientação sexual deve ser desenvolvida por especialistas e que não deve ser oferecida nas primeiras séries. No

entanto, manifestando preocupações contrárias, uma leitora solicita sugestões sobre como proceder para abordar temas relacionados à orientação sexual nas séries iniciais de escolarização. A solicitação é respondida por Andrade, na mesma edição, maio de 1997, que afirma que a base da educação sexual é familiar, embora o professor deva responder ao que foi perguntado pelos alunos ajustando a sua linguagem a deles.

Outras reportagens tratam mais especificamente da problemática da formação de professores para atuar em orientação sexual.

Na primeira destas reportagens, veiculada em março de 1988, Semira A. Vainsencher diz que, ao levantar subsídios para que a Secretaria de Educação de Pernambuco implante um programa de Educação Sexual em escolas, detecta que os professores de Ciências e Religião são “conservadores”, propondo a capacitação desses docentes para que, ao atuarem nessa área, não imponham as suas opiniões, mas apontem as opções existentes. Em novembro de 1989, Marta Suplicy salienta que o professor ideal para atuar em orientação educacional é aquele que conversa com o aluno sobre sexo, mesmo informalmente no corredor e não, necessariamente, o professor de Ciências ou de Biologia. Para ela, o professor deve mostrar respeito pelo que o aluno pensa e contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico.

A formação de professores para atuar neste campo é, novamente, abordada em maio de 1993. Nesse número é relatado que as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação do Ceará estão implantando um programa de capacitação de professores na área de orientação sexual preparando-os para responderem as perguntas que eventualmente surjam na sala de aula. A proposta da Secretaria é que a temática sexualidade seja trabalhada nas diferentes disciplinas pela estimulação de um debate aberto entre alunos e professores. Em março de 1994, a revista relata um projeto interdisciplinar de treinamento de estudantes de cursos de mestrado, em Aracajú, para atuarem em orientação sexual. A concepção do treinamento é capacitar o professor para intervir em qualquer momento que for solicitado pelos alunos, já que a orientação sexual não deve ser objeto de uma aula específica.

Assim, várias reportagens que procuram discutir a orientação sexual na escola alertam para a importância de uma formação adequada do educador nessa área e para o fato da orientação sexual não ser ministrada em uma disciplina específica do currículo, pois cabe a todos os professores intervir no momento em que surgem questões sobre sexualidade.

Outro grupo de reportagens apresenta relatos de programas de orientação sexual implantados em escolas. A revista divulga, em diferentes edições, avaliações de programas de orientação sexual introduzidos em escolas, produção, de livros e vídeos nessa área, experiências de docentes em projetos dessa natureza e a inclusão de

orientação sexual como disciplina obrigatória. A revista também publica reportagens que narram experiências de docentes que atribuem a melhora do rendimento da classe e do seu relacionamento com os alunos ao desenvolvimento de atividades em sala de aula enfocando sexualidade.

O relato dessas experiências vem de encontro a necessidades manifestadas por leitores que, em diferentes momentos, demandam trocas de experiências e intercâmbio com professores que atuam na área.

Outras reportagens procuram indicar aos professores como devem proceder em sala de aula. Essas reportagens são originadas por questões formuladas pelos leitores que solicitam orientação a respeito dos direitos de frequência à aula de alunas adolescentes grávidas, como agir frente ao comportamento sexual de alunos em sala de aula ou em outros locais da escola, ou como proceder perante as brincadeiras sexuais na escola.

Tais questões são respondidas aos leitores através de textos que sugerem que os professores aceitem com naturalidade as manifestações da sexualidade infantil. Porém, os leitores são alertados que o esperado é que a vida sexual seja mantida em privacidade e, assim, é necessário que os professores imponham limites às manifestações de comportamentos sexuais pelas crianças.

Todas estas reportagens têm, então, por objetivo instrumentalizar os professores para agirem em sala de aula. Com o mesmo direcionamento outras reportagens procuram sugerir manuais e livros que têm por objetivo subsidiar o professor para atuar em orientação sexual ou em situações de manifestação de comportamento sexual por alunos no âmbito escolar. Em diferentes edições, os leitores da revista são informados a respeito de serviços e/ou cursos de orientação sexual promovidos por diferentes órgãos e institutos.

Em geral, as reportagens evidenciam que muitos professores parecem sentir necessidade de sugestões práticas a respeito de como agir em sala de aula e que a revista procura atender essas necessidades. As reportagens também chamam a atenção sobre a importância da orientação sexual no âmbito escolar, para a necessidade da formação adequada do professor para atuar nesta área e sobre o momento considerado mais adequado para que os docentes trabalhem estas temáticas com os alunos.

2.2 Prevenção e Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST

Foram enquadradas nesta categoria 36 reportagens que tratam de temas relativos à prevenção a doenças sexualmente transmissíveis - DST.

Um primeiro conjunto de textos procura informar aos leitores sobre as formas de transmissão de doenças de origem sexual, sobre o crescente número de pessoas infectadas por AIDS, os tabus e preconceitos relacionados a esta

doença e a discriminação social a que os portadores são sujeitos.

O primeiro texto a esse respeito, divulgado em abril de 1987, relata uma campanha de prevenção contra sífilis desenvolvida em escolas cariocas com alunos de 7ª e 8ª séries. Esse foi o único texto da revista que abordou esta DST. Os demais textos tratam exclusivamente da AIDS.

No ano de 1992 são publicados quatro artigos que tratam de AIDS. Os dois primeiros textos discutem a problemática de crianças portadoras do vírus freqüentarem a escola, defendendo que esta freqüência ocorra normalmente e alertando os professores a respeito da discriminação. Um deles informa a respeito de serviços de ajuda especializada que podem ser procurados por escolas que estejam enfrentando problemas relativos a AIDS. O terceiro e quarto textos divulgam dados de pesquisas realizadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e pelo Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde. No primeiro desses textos, que relata dados coletados pela FDE, é afirmado que os jovens desprezam o uso da camisinha justificando seu comportamento por não terem motivos para usá-la, já que têm parceiros fixos e confiam neles, embora conheçam a sua utilidade na prevenção a AIDS e a outras DSTs. O outro texto afirma que os dados de pesquisa indicam que os casos de pessoas contaminadas por AIDS têm aumentado.

No ano de 1993, são, novamente, divulgados dados a respeito de contaminação pelo vírus da AIDS e o leitor é informado sobre camisinhas com problemas de qualidade. Em outro texto, publicado neste mesmo ano, é afirmado que ainda permanecem muitos tabus em torno da doença e do uso de camisinha e é apontado o papel da escola, da família e dos meios de comunicação na prevenção a AIDS. As formas de transmissão de AIDS e a rejeição a testes de vacinas contra essa doença pelo Ministério da Saúde são temas de três textos publicados em agosto e em outubro de 1993. Em novembro de 1993, são publicados dados que revelam que a forma mais comum de transmissão de AIDS é, atualmente, entre pessoas heterossexuais. Em dois textos publicados no ano de 1994, o leitor é informado sobre a contaminação de bebês por AIDS e sobre o aumento da contaminação feminina por esta doença.

Ana Lagôa, em reportagem publicada em agosto de 1994, apresenta dados sobre o crescente número de pessoas infectadas por AIDS no Brasil e no mundo e discute a discriminação social a que os portadores estão sujeitos. Para Lagôa a AIDS é um problema social e político, pois os mais atingidos são as pessoas mais pobres. Na matéria, são também relatados casos de discriminações sofridos por professores e alunos contaminados por AIDS e trabalhos que vêm sendo realizados no sentido de evitá-las.

Ainda, no ano de 1994, foram publicadas outras três notícias. Uma delas que divulga a contaminação por vírus

da AIDS em prisões, outra que informa sobre a proibição do uso da camisinha pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e uma terceira que chama a atenção dos leitores para o fato da AIDS não ser prioridade do Programa Nacional de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Central de Medicamentos do Ministério da Saúde, já que estes órgãos não distribuem remédios e não disponibilizam verbas para o controle da doença.

Outros grupos de textos, publicados nas edições de dezembro de 1987 e de agosto de 1992, descrevem programas de treinamento de docentes para atuar na prevenção a AIDS.

A revista *Nova Escola*, em outras edições, relata aos leitores sobre um programa de distribuição gratuita de camisinhas para adolescentes nos Estados Unidos e sobre um projeto, no Brasil, de trabalhar com jovens prostituídos, na intenção de orientá-los sobre DST, em especial a AIDS. O resultado do Concurso Fazendo Artes com Camisinha, realizado com o objetivo de desmistificar o uso da camisinha foi também objeto de reportagem.

Em diversas edições a revista *Nova Escola* trouxe indicações de livros, vídeos, materiais didáticos e serviços que tem por objetivo contribuir para o esclarecimento de dúvidas relacionadas a AIDS. Os livros indicados tratam, em geral, de relacionamentos sexuais alertando para o perigo da AIDS e como conviver com a doença. O material didático “Zig-Zaids” que consiste num jogo que divulga as formas de transmissão e prevenção a AIDS é indicado aos professores como suporte para atividades didáticas em sala de aula. Em várias edições, é noticiado aos leitores a existência de serviços para o esclarecimento de dúvidas sobre AIDS.

Esse conjunto de reportagens publicadas pela revista evidencia que na questão da prevenção a DST, a AIDS especialmente, tem ocupado um lugar de destaque no âmbito da coleção. E evidencia também o objetivo central da revista de instrumentalizar os professores para a atuação em sala de aula e na escola.

2.3 Adolescente e sexualidade

Na categoria adolescente e sexualidade foram classificadas as reportagens, num total de 25, que tratam de temas relativos à sexualidade do adolescente. O enfoque central dessas reportagens é retratar o que os adolescentes pensam, indicar algumas características desta faixa etária e discutir a relação que, à vezes, existe entre sexualidade adolescente e problemáticas sociais.

Um conjunto de reportagens enfoca o que os adolescentes pensam a respeito de sexo.

Em maio e junho de 1993, foram divulgadas pela revista pesquisas, realizadas com adolescentes gaúchos de 10 a 20 anos, que mostram que eles têm grande interesse em relação à sexualidade, que a maioria deles valoriza a virgindade até o casamento, embora os mais pobres iniciem

a sua vida sexual, em média, aos 15 anos, e que se informam sobre sexo com os amigos. A reportagem mostra que há diferenças entre os grupos de adolescentes por gênero e classe social quanto às formas e fontes de informação sobre o assunto. Outra reportagem, divulgada pela revista em junho de 1994, mostra que de acordo com dados de uma pesquisa realizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), a idade para o início de relações sexuais entre jovens paulistanos tem diminuído quando se comparam dados relativos aos anos de 1992 e 1993. A pesquisa aponta, que os jovens esperam receber da escola algum tipo de informação sobre sexualidade e sobre formas de prevenir AIDS.

Outro grupo de reportagens procura apresentar as transformações pelas quais as crianças passam quando entram na puberdade. Dulce Machado assina uma delas, publicada em abril de 1987, que trata das transformações físicas que ocorrem na adolescência. Nessa reportagem é chamada a atenção dos leitores para o papel do educador que atua nesta faixa etária de enfatizar para os alunos o que eles podem ou não podem fazer. Uma reportagem, publicada em dezembro de 1996, aponta que a mudança de ciclo escolar, “do primário para o ginásio”, é acompanhada por mudanças de ordens físicas, emocionais e intelectuais nos alunos. Os leitores são alertados que nesta fase, desencadeada por mudanças físicas, começa a curiosidade sexual.

Outras reportagens enquadradas nesta categoria enfatizam a sexualidade na adolescência associada a problemas sociais.

Em setembro de 1987, é divulgado pela revista um programa de planejamento familiar do Governo Federal que objetiva diminuir o número de casos de gravidez precoce pela divulgação de métodos anticoncepcionais, destacando o papel do professor nesta orientação. Nesta mesma edição, os leitores são informados sobre um convênio firmado entre o Fundo das Nações Unidas para Assuntos da População, a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar e a Fundação Victor Civita para lançamento de cinco cartilhas educativas, que seriam distribuídas pela revista. O convênio previa que essas cartilhas enfocassem temas relacionados a planejamento familiar, prevenção de câncer cervical e da mama, DST, drogas e AIDS. A cartilha “Como Planejar a Família”, onde são tratados temas relativos a aborto, gravidez indesejada, etc, foi distribuída gratuitamente aos leitores da revista, em agosto de 1989¹.

Ana Lagôa assina, em outubro de 1991, uma reportagem sobre gravidez na adolescência indicando que este número tem crescido no Brasil e que uma de suas conseqüências, muitas vezes, é excluir a jovem da escola. A reportagem indica entidades que atendem adolescentes grávidas e programas dirigidos a professores que dão sub-

¹ Pelo que pudemos constatar esta foi a única cartilha, entre as previstas, distribuídas aos leitores.

sídios para lidar com essas situações. Em edições subsequentes os leitores fazem elogios à reportagem e apontam que ela foi esclarecedora. A revista Nova Escola informa aos leitores, em dezembro de 1992, que Alagoas apresenta os maiores números de casos de gravidez precoce pois 25% das alagoanas entre 11 e 18 anos já são mães.

Em novembro de 1992, Ana Lagôa escreve sobre a prostituição juvenil apontando essa problemática como uma das consequências da violência familiar e da miséria da população. A revista aponta para a associação existente entre analfabetismo-miséria-vida sexual precoce. Em abril de 1994, é divulgado que conforme relato da médica Irene Adams as crianças de rua da cidade de Belo Horizonte não são promíscuas.

A revista indica, em diferentes reportagens, livros e vídeos que têm por objetivo contribuir para que os adolescentes percebam melhor a sua sexualidade. O leitor também é informado pela revista a respeito de concursos que enfocam a temática adolescência e sexualidade.

Como vimos, a revista procura retratar aspectos relacionados a sexualidade do adolescente descrevendo as mudanças advindas com a puberdade e os comportamentos sexuais dos jovens. Busca, ainda, discutir aspectos associados a sexualidade juvenil que estão relacionados a problemas sociais como gravidez precoce e prostituição que podem levar o jovem a abandonar a escola. E, mais uma vez o tom predominante das reportagens foi contribuir para o preparo do professor no seu desempenho em sala de aula.

2.4 Sociedade e sexualidade

Foram aqui classificadas 8 reportagens que enfocam aspectos como repressão sexual, estereótipos e preconceitos sociais associados a sexualidade, aborto e abuso sexual.

A discussão da sexualidade relacionando-a aos padrões sociais, culturais e históricos é abordada pela revista, em junho de 1988, através da análise do livro “Repressão Sexual: Essa Nossa Desconhecida” de Marilena Chauí e em setembro de 1993, através de comentários a respeito do livro “Mito e Sexualidade” de Jamake Higwater.

O tema sexualidade e discriminação social é abordado pela revista em dezembro de 1998, através do relato de um professor homossexual a respeito dos preconceitos que sofreu na escola, anteriormente como aluno, e agora como professor. O docente narra as dificuldades de homossexuais permanecerem na escola pela gozação dos colegas.

O modelo de feminilidade é focado pela revista, num texto de setembro de 1993, através de dois estudos que discutem o significado que a boneca Barbie tem na construção da identidade feminina ao inspirar ideais de mulher magra, esbelta, elegante, independente e bem-sucedida.

Em outubro de 1992, o tema aborto é tratado pela revista que indica hospitais que recebem vítimas de abuso sexual e que realizam legalmente abortos. Em setembro de

1993, a revista relata que abortos ilegais provocam a morte de 200 mil mulheres por ano no mundo.

O abuso sexual é objeto de um texto publicado em agosto de 1993 que traz dados a respeito de crianças de rua que sofreram abuso sexual em Fortaleza. Em setembro de 1994, uma reportagem relata a experiência do Instituto Kaplan no atendimento a vítimas de abuso sexual.

Estas reportagens, como vimos, são em número bem mais reduzido do que as relacionadas às temáticas anteriores, provavelmente por se referirem a situações que extrapolam a sala de aula embora, indiretamente, possam ser presenciadas em unidades escolares.

Algumas considerações

O grande número de artigos publicados sobre orientação sexual no âmbito da revista Nova Escola mostra que esta é uma temática de interesse da publicação que provavelmente a considera pertinente aos seus objetivos de fornecer informações, atualizar e instrumentalizar os professores visando melhorar o seu trabalho em sala de aula. A análise dos artigos evidencia que muitos professores parecem sentir necessidade de sugestões práticas a respeito de como agir em sala de aula e que a revista procura atender a essas demandas.

Muitos aspectos presentes nas reportagens veiculadas pela revista Nova Escola também são abordados na literatura da área. A literatura na área e as reportagens divulgadas na revista diferenciam educação sexual e orientação sexual. A orientação sexual tal como é discutida pelos autores e nas diferentes reportagens é entendida como um trabalho intencional, organizado e sistematizado de educação nessa área que deve possibilitar ao aluno a reflexão sobre diferentes pontos de vista sobre a sexualidade, sem imposição de valores.

A repressão sexual que procura conformar os indivíduos para aceitarem os padrões de comportamentos sexuais esperados pela sociedade é outro aspecto apontado nos textos divulgados na revista e na literatura. Eles assemelham-se, também, ao enfatizar a importância da orientação sexual no âmbito escolar. Os artigos da revista e os autores ressaltam a importância da família na educação sexual que não cabe apenas a escola, mas é, também e principalmente, função da família.

Os autores consultados e os artigos veiculados são condizentes ao apontarem para uma adequada formação do educador para atuar nessa área. Pontuam que a orientação sexual deve se iniciar pela educação do educador que deve estar preparado para lidar com a sua própria sexualidade e a do aluno.

A proposta que a orientação sexual seja trabalhada em diferentes disciplinas e a partir de questionamentos ou comportamentos de alunos em sala de aula são também aspectos enfatizados na literatura da área e nos textos da

revista. Os autores defendem uma proposta de orientação sexual que parta de questões trazidas pelos próprios alunos que devem ser tomadas como ponto de partida para a reflexão sobre a sua própria sexualidade e a presente no contexto social. Dessa forma, a orientação sexual não está localizada num momento específico da grade curricular e nem é tarefa de um só professor. A sexualidade é, pois, um tema que deve ser tratado interdisciplinarmente.

As reportagens publicadas na revista enfatizam a necessidade de uma formação adequada dos profissionais para atuarem na área e assinalam que o profissional que deve atuar em orientação sexual é qualquer docente que se sinta à vontade para falar de sexualidade e não o professor de uma disciplina específica. Os textos da revista pontuam que a temática sexualidade seja trabalhada em qualquer momento em que surgir na sala de aula.

Enfim, podemos concluir que parece existir uma convergência entre a concepção de orientação sexual presente na literatura da área e aquela veiculada pela revista. Entretanto, parece que há também diferenças entre eles, principalmente no que se refere a ênfase dada pela revista em indicar normas de conduta ou formas de atuação prática, que os docentes devem adotar em sala de aula.

No geral, nota-se que existe uma grande preocupação da revista Nova Escola em instrumentalizar o professor para a prática da sala de aula. Nesse sentido, são relatadas experiências realizadas em escolas, apresentadas indicações de como proceder diante de determinadas situações e são indicados materiais didáticos, livros e vídeos sobre orientação sexual. A instrumentalização do professor, que é um dos objetivos principais da revista tal como foi definido desde a sua primeira edição, parece, então, que permanece como uma meta que deve estar presente em todos os números editados. No que se refere a temática orientação sexual isto fica evidente em todas as categorias nas quais os artigos foram classificados e analisados.

A revista parece falar diretamente ao professor ditando normas, práticas e padrões de conduta que devem adotar em sala de aula. No entanto, como dizem Gatti e Negrão (1989, p.61-62), a linguagem e a estrutura da revista que procura desencadear um processo de identificação com o leitor “de certa maneira neutraliza a leitura reflexiva, porque neutraliza a contra argumentação” e pode ser “uma hipótese para a explicação da efemeridade da leitura que os professores fazem da Nova Escola”.

Referências bibliográficas

ALBERTINI, P. A sexualidade e o processo educativo: uma análise inspirada no referencial reichiano. In: AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997, p. 53-70.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARROSO, C. Pesquisa sobre educação sexual e democracia. *Cadernos de Pesquisa*. 34, 1980, p. 79-90.

BARROSO, C., BRUSCHINI, C. *Educação sexual: debate aberto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

BRUSCHINI, M. C. A., CHAUI M, KHEL M. R. & WEREBE, M. J. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? *Cadernos de Pesquisa*, 36, 1981, p. 90-111.

CATANI, D. B., BASTOS M. H. C. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escritura, 1997.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio*. Londrina: Editora da UEL, 1996.

GATTI, B. A., NEGRÃO, E. V. (Coords.). *Avaliação na revista Nova Escola: desencontros numa tentativa de comunicação com/entre professores*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Dep. de Pesquisas Educacionais, 1989, (Relatório).

GOLDBERG, M. A. *Educação sexual: uma proposta, um desafio*. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 1988.

GORDON, S. Sexuality education in the 1990. In: Pocs, O. (Org.) *Human Sexuality*. Connecticut: The Duskin Pub. Group Inc, 1992, p. 30-41.

LAPATE, V. *Educando para a vida: sexualidade e saúde*. São Paulo: Sttima, 1998.

LORENCINI JR., A. Os Sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. In: AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997, p. 87-105.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, DO DESPORTO E CULTURA (MEC) E SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília, v. 8, 1997.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual*. Brasília, v. 10, 1997.

NÓVOA, A. A Imprensa da educação e ensino. concepção e organização do repertório português. In: CATANI D. B. & BASTOS M. H. C. (Orgs.) *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, p.11-31, 1997,

PROVEDEL, V. Orientação sexual. *Interações*. 1: 117-130, 1996.

RIBEIRO, P. R. M. *Educação sexual além da informação*.

São Paulo: EPU, 1990.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997, p. 107-117.

SCHNARCH, D. Joy with your underwear down. *Psychology Today*. (4), 27, 1994, p. 38-43.

SOUSA, C. P. A educação pelas leituras: registro de uma revista escolar (1930/1960). In: CATANI D. B. & BASTOS M. H. C. (Orgs.) *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 93-109.

WEREBE, M. Implantação da educação sexual no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. 26: 21-27, 1978.

Adriana Candido da Silva

Bolsista de Iniciação Científica -FAPESP

Leila Maria Ferreira Salles

Orientadora. Depto de Educação, IB, UNESP, RC

Endereço para correspondência

Departamento de Educação - IB,

UNESP - Campus de Rio Claro.

Av.24 A, n.1515, Bela Vista, Rio Claro. CEP:13.506.900

leila@rc.unesp.br
